



A Reforma de Lutero, 500 anos depois: a perspectiva da sua catolicidade a partir do documento “Do Conflito à Comunhão”, da Comissão Internacional Católica-Luterana

The Reformation of Luther, 500 years later: the perspective of its catholicity in the document 'From the Conflict to the Communion' by the International Catholic-Lutheran Commission

Elias Wolff *

Resumo

O artigo reflete sobre a Reforma de Lutero (1517), com o objetivo de compreender nela a dimensão da catolicidade da fé cristã. Por séculos, nos meios católicos romanos é comum a afirmação da Reforma apenas como causa e expressão de divisões na Igreja, e que à tradição eclesial luterana não cabe a nota da catolicidade, admitida à tradição eclesial vinculada à Igreja de Roma. Contudo, estudos de teólogos católicos sobre Lutero e o progresso das relações ecumênicas entre católicos e luteranos na atualidade, convergem na compreensão que Lutero não queria dividir a Igreja, e que ele não se distanciou em tudo da tradição católica na afirmação da fé cristã. Então o diálogo ecumênico propõe hoje o desafio: podem cristãos católicos e luteranos comemorarem juntos os 500 anos da Reforma? Relacionando o documento do diálogo internacional católico-luterano, *Do Conflito à Comunhão*, e estudos recentes sobre Lutero, conclui-se que essa comemoração conjunta só será possível se as duas tradições eclesiais forem situadas num horizonte comum de catolicidade. A base é o reconhecimento de elementos comuns na fé de católicos e luteranos. A comemoração tem tom penitencial pelo que pode significar de falta de comunhão; e tom de esperança pelos elementos que a Reforma apresenta para o crescimento da comunhão entre as duas tradições eclesiais.

Palavras chaves: Reforma; Igreja; Reconciliação; Comemoração.

Abstract

The article reflects about the Reformation of Luther (1517), with the objective to understand the Christian faith catholicity on it. For centuries, in Roman Catholic environments, it is common to affirm the Reformation as a cause and expression of divisions in the Church and that to the Lutheran Church tradition there is no catholicity so as it is recognised in the Church tradition linked to Rome. However, Catholic theologians' studies on Luther and the progress in the ecumenical relations between Catholic and Lutheran believers nowadays converge on the comprehension that Luther did not want to divide the Church and that he did not distance himself totally from the Catholic tradition regarding to the affirmation of Christian faith. Then, the ecumenical dialogue proposes the following challenge: may Catholic and Lutheran Christians celebrate the 500 years of the Reformation together? Relating the Catholic-Lutheran international dialogue document, *From Conflict to Communion*, to recent studies on Luther we conclude that this joint celebration is only going to be possible if both Church traditions are put on a common catholicity horizon. The basis is the acknowledgement of common Faith elements between them. The celebration sounds penitential due to what it may signify as lack of communion; and it sounds as hope in virtue of the elements that the Reformation shows to the communion growth between the two Church traditions.

Keywords: Reform; Church; Reconciliation; Commemoration.

Artigo submetido em 10 de novembro de 2015 e aprovado em 28 de outubro de 2016.

* Doutor em Teologia, Mestre em Filosofia, especialista em ecumenismo e diálogo inter-religioso; Professor do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR. País de Origem: Brasil. E-mail: elias.wolff@pucpr.br

Introdução

“*Do Conflito à Comunhão*”, é o título do último documento da Comissão Internacional de diálogo católico-luterano, publicado em fevereiro de 2013¹. Foram cerca de 4 anos de trabalho (2009-2013), num significativo esforço para lançar um olhar conjunto sobre os 500 anos da Reforma de Lutero, verificando as implicações para cada tradição eclesial e também o que pode ser assumido conjuntamente.

O documento propõe a luteranos e católicos “Recontar juntos a história da Reforma” (CICL, 2015, n. 35) à luz dos resultados do diálogo católico-luterano iniciado logo após o concílio Vaticano II (1962-1965), e identificar o caminho que ainda resta a percorrer para uma plena unidade das duas tradições eclesiais. É uma proposta ousada e exigente, mas necessária no caminho da reconciliação cristã. O novo olhar comum para a Reforma não significa que os católicos estão, agora, reconhecendo tudo o que seus autores, sobretudo Lutero, propuseram; e nem que os luteranos se entendam católicos no sentido da tradição romana. O que se pretende é, de um lado, mostrar que também um cristão católico pode “elaborar perspectivas para recordar e apropriar-se da Reforma hoje” (Introdução) em comunhão com os cristãos luteranos. E, de outro lado, compreender as características da catolicidade da fé luterana. E para isso é preciso compreender o que de fato foi a Reforma no século XVI e suas implicações para a vida cristã no século XXI.

O reconhecimento de uma história comum entre católicos e luteranos, mesmo em situação de divisão e distanciamento, revela a permanência de uma fé comum onde antes se afirmavam exclusividades. Nem tudo é tão exclusivo de um e de outro que não possa ser mutuamente reconhecido. Então a história pode e deve

¹ COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-LUTERANA (CICL), *From Conflict to Communion. Lutheran-Catholic Common Commemoration of the Reformation in 2017. Report of the Lutheran-Roman Catholic Commission on Unity*, Bonifatius, Leipzig, 2014. Utilizamos aqui a tradução publicada no Brasil, *Do Conflito à Comunhão: Comemoração conjunta Católico-Luterana da Reforma em 2017*. Brasília: Sinodal/Edições CNBB, 2015.

ser rememorada e comemorada conjuntamente. Os elementos dessa possibilidade é o que propomos verificar neste artigo.

1 A proposta: comemorar uma história comum, ainda se vivida diferentemente

Ao propor para luteranos e católicos o desafio de “Recontar juntos a história da Reforma” (CICL, 2015, n. 35), a Comissão Internacional Católica-Luterana está exortando a um esforço comum para redizer a Reforma de modo tal que uma tradição eclesial se reconheça, ao menos em parte, na outra tradição:

Hoje temos condições de juntos contarmos a história da Reforma Luterana. Mesmo que Luteranos e Católicos tenham pontos de vista diferentes, por causa do diálogo ecumênico são capazes de superar tradicionais hermenêuticas anti-protestantes e anti-católicas em ordem a encontrar um caminho comum para rememorar os eventos passados (CICL, 2015, n. 35).

Esse objetivo se expressa por dois conceitos principais: “comemorar” e “celebrar”. Paralelo a esses, aparece o termo “aniversário”, que é, na verdade, o objeto ou motivo da comemoração/celebração, referindo-se aos 500 anos da Reforma. A preferência pelo termo “comemorar” (cerca de 20 vezes na versão portuguesa) o aniversário da Reforma se deve a seu significado mais neutro, pelo que “corresponde melhor à situação aqui em causa: trata-se de se alegrar e de se lamentar, isso na perspectiva da comunhão buscada” (FÉDOU, 2013, p. 241), enquanto “celebrar um aniversário” em geral tem um tom apenas festivo.

Seja como for, ambos os conceitos indicam mais do que uma mera “lembrança” da Reforma de Lutero. Eles sugerem penetrar no significado dos acontecimentos no tempo em que ocorreram e verificar se tal significado tem pertinência também para o presente. Enquanto o fato não muda, o seu significado pode mudar, pois está vinculado tanto ao contexto no qual ele acontece quanto ao contexto no qual é recordado. No contexto do acontecido, pode haver pressupostos, motivações e objetivos que não mais existem no contexto em que é lembrado. E a mudança de pressupostos, motivações e objetivos dos acontecimentos leva a

mudanças também de significados. Assim, o que levou à divisão dos cristãos no passado pode ser relido hoje sem a carga divisionista; nem todos os pressupostos da separação no passado tem valor para o presente, pois muito do que parecia oposição, divergência e distanciamento num contexto, pode ganhar diferentes expressões em outro contexto. Isso não é negar os acontecimentos, mas perceber que os seus significados estão presos a seus contextos. E manter a fidelidade aos fatos não impede reinterpretá-los para ver a continuidade, ou não, do seu significado na história. Nessa reinterpretação pode acontecer que o que muitas vezes aparecia como oposição apareça agora apenas como diferença. “O diálogo demonstra que os parceiros falam linguagens diferentes e entendem o significado das palavras de maneira diferente... Assim, mesmo o que parece ser uma oposição na expressão não é sempre uma oposição na substância” (CICL, 2015, n. 33). A chave é “corrigir representações confessionais anteriores da história por diretrizes metodológicas rigorosas e a reflexão das condições de seus próprios pontos de vista e pressupostos” (CICL, 2015, n. 18).

Certamente muitos católicos acharão estranho “comemorar” um evento que lhes foi informado como contrário à igreja e um perigo à fé cristã. E é difícil redimensionar o olhar tanto para os acontecimentos da Reforma, quanto para o seu principal autor, Martinho Lutero. Como reconhecer valores em alguém que foi considerado herege e, por isso, excomungado? Pode um católico aceitar hoje as críticas à igreja e as decisões tomadas pela tradição protestante sobre temas doutrinários que marcaram a separação?

As respostas a essas e outras questões que emergem desse tema, precisam ser buscadas no contexto ecumênico das atuais relações entre luteranos e católicos². A atual era ecumênica possibilita uma nova leitura da Reforma e de

² O diálogo católico-luterano no período pós-Vaticano II (1962-1965) se expressa, sobretudo, nos trabalhos da COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-LUTERANA, formada por delegados da Igreja Católica e da Federação Luterana Mundial. Os principais resultados estão nos documentos: *O Evangelho e a Igreja* (1972); *Hospitalidade Eucarística* (1973); *A Ceia do Senhor* (1978); *Vias rumo à comunhão* (1980); *Todos sob um mesmo Cristo* (1980); *O ministério pastoral na Igreja* (1981); *Martinho Lutero, testemunha de Jesus Cristo* (1983); *A unidade diante de nós* (1984) – publicados em *Enchiridion Oecumenicon*, Vol. I, EDB 1994, 551-853. *Igreja e justificação*, in: *Enchiridion Oecumenicum*, vol. III EDB 1995, 551-696. O principal consenso teológico alcançado nesse diálogo foi a *Declaração conjunta sobre a doutrina da justificação* (1999), in *Enchiridion Oecumenicum*, vol. VII, EDB 2006, p. 885-918.

Lutero, favorecendo a expressão da “nossa alegria em nossa fé comum” (CICL, 2015, *Prefácio*)³. O desafio é preparar os fiéis católicos e luteranos para esse olhar comum sobre os últimos 500 anos da história cristã do Ocidente, identificando convergências na fé das duas tradições. O texto propõe caminhos para isso: 1) o olhar crítico, tanto do outro quanto de si mesmo, do passado e do presente, percebendo que “certamente não fomos fiéis ao Evangelho”; 2) a consciência de que “todos temos necessidade de conversão e reforma”; 3) a convicção de que “A verdadeira unidade só pode existir como unidade na verdade do Evangelho de Jesus Cristo” (CICL, 2015, *Prefácio*). E para isso é necessário tanto a purificação e a cura da memória, quanto a restauração da unidade cristã.

Assim, é possível uma “comemoração”, não da divisão da igreja, mas de um evento que exige ainda ser compreendido em seu significado mais amplo: “Em 2017, quando os cristãos luteranos celebram o aniversário do início da reforma, não estão celebrando a divisão da igreja ocidental. Ninguém, que seja teologicamente responsável, pode celebrar a divisão dos cristãos entre si” (CICL, 2015, n. 224). O pressuposto é que “os Reformadores não desejavam fundar uma nova Igreja, e, segundo sua própria compreensão, eles não o fizeram. Eles queriam reformar a Igreja ... embora com erros e equívocos” (CICL, 2015, n. 222).

2 Em busca da catolicidade da Reforma⁴

2.1 A pessoa de Lutero

Um primeiro elemento a ser reinterpretado é a pessoa mesma de Martinho Lutero. Tarefa difícil, pois dependendo do ângulo em que é visto, Lutero aparece

³ São vários os esforços realizados pela Comissão Internacional Católica – Luterana para apresentar os elementos comuns da fé cristã para católicos e luteranos. Os principais resultados estão publicados nos documentos dessa Comissão: *Todos sob um mesmo Cristo* (1980), que trata sobre “*A Confissão de Augsburg*”, in *Enchiridion Oecumenicum*, vol. I, EDB, 1994, 693-701; *Martinho Lutero, Testemunha de Jesus Cristo* (1983), in *Enchiridion Oecumenicum*, vol. I, 743-751; *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação por Graça e Fé* (1999), in *Enchiridion Oecumenicum*, vol. VII, EDB, 2006, 885-918.

⁴ O conceito “Reforma”, aqui tratando do século XVI, é complexo e seu universo semântico é eminentemente plural, indo além das propostas de Martinho Lutero. Trata-se de um amplo movimento de caráter sócio-cultural e religioso, um “processo reformatório”, envolvendo diferentes atores, cada um com motivações, métodos e objetivos próprios. Lembremos de Felipe Melancton, João Calvino, Ulrico Zuinglio, Tomas Muntzer, Enrique VIII, entre outros, bem como o anabatismo e o pietismo, que o leitor poderá consultar em obras especializadas.

com muitas faces e por isso dele se tem imagens divergentes. Para luteranos ortodoxos, Lutero foi um “profeta, o obstinado e irreduzível defensor da doutrina pura”; para os pietistas, foi um “convertido”; para o iluminismo, foi um “libertador da ignorância intelectual”; para o pangermanismo, foi um “herói nacional” (ALTMANN, 1994, p. 274). Para os católicos romanos, as reservas seculares em relação a Lutero os levaram a considerá-lo “inimigo” da igreja. Como conseqüência, no período pós-tridentino muitos o imaginaram como “corporificação do demônio” (ALTMANN, 1994, p. 274)⁵. Comumente, os católicos romanos sequer se colocam a questão sobre valores a serem reconhecidos na pessoa de Lutero e se algo do seu ensino lhes pode ser útil. Assim, fica praticamente impossível saber o que Lutero de fato “quis” e o que de fato “disse”.

No final do ano de 1969, W. Beyna publicou a obra *Imagem Católica Moderna de Lutero*, mostrando que até o pontificado de Pio XII, não se estimulava nenhuma pesquisa histórica ou teológica que valorizasse o reformador. E desde o Vaticano I, os considerados “doutores da igreja” são combatentes de heresias, em geral severos críticos à Reforma e ao protestantismo. Curioso foi também o fato de João XXIII ter proclamado doutor da Igreja a Lourenço de Bríndisi, forte crítico de Lutero, bem como a beatificação do padre Libório Wagner (por Paulo VI, em 24/03/1974), sacrificado pelos suecos 1631 – “o problema não está na pessoa do beato, convertido, sacerdote e mártir da fé católica... mas na maneira de motivar e no ‘timing’ de sua beatificação” (PESCH, 1976/78, p. 115).

Mas nesse mesmo período, as instituições eclesiásticas ensaiam novos olhares sobre Lutero. É um período em que avança a pesquisa católica sobre o reformador e as instâncias eclesiásticas não querem inibi-la, mesmo se também não se posicionavam. Em novembro de 1960, o assessor do Santo Ofício, Pietro Parente, foi criticado pela própria instituição da cúria romana por taxar o ensino de Lutero de “subjetivismo”. O Santo Ofício declarou que se tratava de uma opinião

⁵ Altmann remete ao trabalho de MEYER, H., “Lutero na opinião da Igreja Católica Apostólica Romana”. *Estudos Teológicos* 1 (1961) 3-28. Caderno especial.

pessoal de Parente (PESCH, 1976/78, p. 115). Significativo é também o fato de Paulo VI promulgar uma *nova instrução sobre as indulgências*, condenando os abusos da história, exatamente quando a Reforma celebrava 450 anos (1º. de janeiro de 1967). Em 1970, o cardeal Willebrands proferiu um discurso para a Aliança Mundial Luterana, em Evian, considerando Lutero “doutor comum” da cristandade, o que mostra que Lutero tem a ensinar também para católicos. Isso significa reconhecer que em muitos elementos da doutrina Lutero não abandonou a tradição católica.

Mas para alguns curiais, Willebrands extrapolou. E foi o máximo que se conseguiu na leitura positiva do monge agostiniano. Por ocasião da elaboração do *Memorandum de Worms*, para as comemorações de 1971, foi solicitada uma “palavra reconciliadora” de Roma, à qual Willebrands respondeu: “No momento presente o Santo Padre não considera possível dar mais um passo no caso de Martinho Lutero, passo que iria além do que, na qualidade de Presidente do órgão competente da Santa Sé, declarei no plenário da Aliança Mundial Luterana, em 1970, em Evian-les-Bains, de acordo com o estado atual dos estudos católicos sobre Lutero” (WILLEBRANDS *apud* PESCH, 1976/78, p. 116).

O fato é que a partir de meados do século XX, pesquisadores católicos tem se esforçado para superar a imagem negativa de Lutero (SCHMAUS, 1972. 1975. 1977; PESCH, 1978). Muitos buscaram mostrar Lutero como teólogo e cura de almas profundamente religioso, que não queria romper com a igreja e nem dividi-la, mas a convidava à penitência para ser fiel ao Evangelho. Frente à racionalização da fé, na qual “emancipa-se o aristotelismo integrado em Tomás de Aquino”, Lutero buscou mostrar que “já não basta mais uma fé considerada apenas intelectualmente. Torna-se ponto de partida a pergunta: ‘Como acharei eu o Deus da Graça?’, feita sob o impulso das necessidades da existência pessoal de cada um” (TRUTSCH, 1972, p. 34) e encontrando a resposta nas Escrituras.

Tal fato foi o que possibilitou, embora ainda em poucos ambientes, Lutero ser denominado por católicos como “profeta” (OLIVIER, 1971), “pai na fé”

(OLIVIER, 1983), “mestre comum” aos cristãos, “uma pessoa profundamente religiosa, que lutou com honestidade e dedicação pela mensagem do Evangelho” (CICL, 1994, n. 23)⁶. Isso implica em ver hoje a pessoa de Lutero para além das caricaturas históricas que o definiam como herético, perigoso à fé, monge apóstata e moralmente corrupto. E considerar a sua honestidade nas convicções religiosas, sua consciência aprofundada na espiritualidade, seu fervor na oração, seu zelo pastoral. Enfim, Lutero procurou viver o Evangelho que orienta a igreja, pelo que ele é considerado como testemunha da fé para os cristãos: “ele (Lutero) começa a ser honrado conjuntamente como uma testemunha do evangelho, um mestre da fé e um mensageiro de renovação espiritual” (CICL, 1994, n. 4).

2.2 Lutero, filho da Igreja do seu tempo, necessitada de reformas

Lutero era membro da igreja do seu tempo, que tinha como governo o papa. Até o período polêmico da Reforma, Lutero afirmava “me senti vinculado com as leis papais e com as tradições dos Padres, observando-as com todo zelo e fervor” (LUTERO *apud* STAUFFER, 1974, p. 12). As 95 Teses não tinham o objetivo de apresentar uma nova doutrina, mas “simplesmente recordar o que a Igreja tinha ensinado em outros tempos” (STAUFFER, 1974, p. 18). Um ano após a publicação das 95 teses, em 13 de outubro de 1518, Lutero afirmou “que estava de acordo com a Santa Igreja Romana e que ele não poderia retratar-se antes de ser convencido de que estava errado. No dia 22 de outubro, de novo insistiu que pensava e ensinava segundo a doutrina da Igreja Romana” (CICL, 2015, n. 47). Ao concluir seu escrito *Resolutiones disputationum de indulgentiarum virtute*, Lutero as “encaminhou ao Papa como testemunho de sua filial submissão” (STAUFFER, 1974, p. 19). E mesmo após ter lido a bula *Exsurge Domine*, momento em que chegou a chamar o papa de “Anticristo”, Lutero

⁶ A expressão “mestre comum” da fé, dedicada a Lutero foi utilizada pelo cardeal Willebrands na V assembleia da Federação Luterana Mundial, em Evian (1970): “Ele pode ser nosso mestre comum na afirmação que Deus deve permanecer Deus e que nossa resposta humana mais essencial deve ser a confiança absoluta e a adoração a Deus”. Ver, também: CICL, 2015, nn. 23. 29.30.

não renunciou, contudo, o seu desejo de demonstrar a Roma a sinceridade de suas motivações, pelo que, induzido por Carlos de Miltitz, escreveu seu *Tratado sobre a liberdade cristã*, e o enviou a Leão X em outubro de 1520, acompanhado de uma carta tão respeitosa quanto firme no que particularmente declarava: ‘Cuida-te muito, oh Leão, meu Pai, de dar ouvidos a estas sirenes que pretende fazer de você algo mais que um homem comum, quase um Deus capaz de ordenar e exigir tudo... erram aqueles que se atrevem a te exaltar acima do concílio e da Igreja universal’ (STAUFFER, 1974, p. 23).

As críticas que Lutero fez à igreja da época, não eram para negar a identidade católica, mas tinha a intenção de ajudar a igreja a viver a sua catolicidade. Ao questionar determinadas práticas pastorais de então, ele estava denunciando-as de desvirtuarem a verdadeira catolicidade da fé. Assim, “O primeiro protestante foi, em contrapartida, muito mais católico que grande número de seus adversários romanos” (PELIKAN [1964, p. 11] *apud* STAUFFER, 1974, p. 25). De fato, “Lutero superou em si mesmo um catolicismo que não era inteiramente católico” (CICL, 2015, n. 21). Mesmo que Lutero não concordasse com toda a tradição teológica da época, também não fez oposição a tudo. Ele “permaneceu firme na profissão de fé na igreja católica (WA 50, 624; 51, 479), criticando o papa de abandonar a *catholica* em favor da ‘romana’ e assim fez da igreja uma seita (WA 7, 753; 50, 626)” (KASPER, 2012, p. 232). O teólogo da atualidade que se coloca no contexto eclesial de Lutero, provavelmente compreenderá positivamente suas críticas feitas à prática religiosa medieval, à doutrina essencialista da escolástica, à estrutura hierárquica e centralizadora da igreja, o apelo à liberdade cristã, o sacerdócio comum dos fiéis. Isso mostra como Lutero conhecia a Igreja do seu tempo, em suas virtudes e em seus limites, e por ser filho dessa Igreja é que se posicionava contra o que nela reconhecia não ser diretamente vinculado com o Evangelho da graça.

O que se conclui desses estudos é que os cristãos católicos têm agora o desafio de não associarem em Lutero o papel de “reformador” com o de “divisor” da igreja. Historiadores de diferentes igrejas concordam hoje que Lutero não queria dividir a igreja, pois o conceito “reforma” propunha mudanças na igreja como um serviço à igreja e por amor à igreja. E isso era entendido pelo reformador, durante a

explicação das 95 teses, como obra divina: “A Igreja precisa de uma reforma que não é obra humana, ou seja do Papa, ou de vários homens, a saber, os cardeais – o que foi demonstrado nos concílios mais recentes – mas é obra de todo o mundo, na verdade, é obra somente de Deus” (LUTERO *apud* CICL, 2015, n. 38).

2.3 O ensino teológico de Lutero

Os católicos romanos têm muita dificuldade para compreender a teologia de Lutero, o qual lhes foi apresentado por comentários de opositores contemporâneos como Johannes Cochleus (1479-1552). E assim é difícil saber o que Lutero realmente disse ou quis dizer. É comum entender que Lutero apresentou a natureza humana totalmente corrompida pelo pecado original; o intelecto todo obscurecido de modo que não conheceria Deus; a vontade totalmente sem liberdade. Mas terá sido esse, realmente, o ensino de Lutero? Quais as principais dificuldades para compreender o que Lutero de fato propôs?

Estudiosos apresentam dois principais obstáculos para uma compreensão objetiva da doutrina luterana: 1) A recusa da igreja para ouvir o monge de Wittenberg, vista como uma espécie de “imunização do sistema doutrinal próprio, contra uma crítica sentida como ameaça” (HASLER, 1976/78, p. 91), o que culminou na sua excomunhão. Desde então, lê-se o pensamento de Lutero conforme apresentado nas condenações que ele recebeu, reproduzindo os clichês da controvérsia teológica. 2) A estrutura mental e verbal de Lutero era muito diferente do modo abstrato-conceitual da escolástica, que ignora a condicionalidade histórica do pensamento. A lógica do pensamento luterano expressava a influência bíblica, da doutrina de Agostinho, de Ockham, dos místicos como Johannes Tauler (+ 1361) e a orientação espiritual recebida do seu superior Johann von Staupitz. Isso se verifica em três fatores: a) Lutero haure os conceitos dos relacionamentos pessoais, a existência humana é relação, a própria graça é relação. Assim, “Lutero já não indaga pela natureza, pela substância das coisas, mas pelo que significam para ele” (HASLER, 1976/78, p. 91). Ele valoriza mais “as

qualidades das coisas”, apreendidas pela experiência existencial, que as eleva a “substância”. b) O pensamento de Lutero tem uma “estrutura lógica dialético-paradoxal” (HASLER, 1976/78, p. 92), de modo que “o simultaneamente (*simul*) perpassa-lhe todas as áreas da doutrina da justificação” (HASLER, 1976/78, p. 92)⁷. c) Lutero não é um intelectual frio, com tendências de neutralidade como muitos escolásticos. Para falar da justificação, ele trata da própria situação existencial: “A doutrina da justificação pela fé ... não respondeu a uma curiosidade intelectual de Lutero, mas lhe foi uma profunda experiência pessoal de libertação” (ALTMANN, 1994, p. 31). Com isso “mudam-se os acentos ... Lutero faz suas constatações ao ser alcançado pela fala de Deus” (HASLER, 1976/78, p. 92). E só lhe resta confessar-se pecador que não cumpriu a lei de Deus e incorreu na ira divina, pois não pode mais indagar pela bondade humana e pelas boas obras. “As afirmações antropológicas recuam para o fundo com a inclusão da própria subjetividade de Lutero no pensamento. Ele considera a descrição da graça própria e a enumeração das diferenças e gradações dos dons da graça reforço da dignidade própria, *theologia gloriae*” (HASLER, 1976/78, p. 92).

2.4 A herança católica de Lutero

Para ser compreendido, Lutero precisa ser considerado no contexto eclesial e teológico da Idade Média tardia, com muitas características de “não católica” (PESCH, 1976/78, p.120). Lutero é marcado por essa teologia “não católica” medieval e luta contra ela criticando a igreja que a sustenta. A crescente oposição à igreja oficial o distanciou dela e também de ensinamentos que ele mesmo considerava positivos. Daqui a importância da pesquisa que leva a descobrir o vínculo de Lutero com a teologia do seu tempo, sobretudo o Ockhamismo e o Agostinismo. Essa pesquisa, ecumênica, apresenta a “herança católica” de Lutero (PESCH, 1976/78, p.120).

⁷ Exemplificando: a natureza humana é plenamente corrompida e, simultaneamente, conservada; a razão é meretriz e, simultaneamente, dom; o cristão é livre e, simultaneamente, servo; é justo e pecador; tem certeza da salvação, mas não dispõe da segurança da salvação; é justificado pela fé, mas passa pelo crivo do julgamento segundo as obras (HASLER, 1976/78, p. 92).

A postura de Lutero não foi apenas de oposição ao ensino oficial, mas também expressão de um pluralismo teológico, o que não nega que elementos desse pluralismo tornaram-se de fato distanciamento do ensino da igreja oficial. É hoje possível uma aceitação católica de Lutero do elemento central do seu argumento, a doutrina da justificação por graça e fé. Esta doutrina, mais do que contestação da Igreja, foi afirmação da fé da Igreja. E a partir dela Lutero apresentou uma nova compreensão da relação entre a lei e o Evangelho, a fé e as obras, a doutrina sobre os méritos, o princípio *sola fide*, a certeza da salvação, o sentido radical do pecado, o valor salvífico da obra de Cristo, o sentido pessoal da graça, a relação entre palavra e sacramento, a doutrina da predestinação, etc. (PESCH, 1976/78, p.123). A eclesiologia de Lutero que apresenta a Igreja como *creatura verbi*, a relatividade das estruturas e os ministérios como serviço, são incontestáveis para os católicos de hoje.

Esse ensinamento está no Vaticano II, que reconheceu a necessidade de uma “reforma permanente” (cf. UR 6) na igreja, como que ecoando no século XX os constantes apelos por mudanças ocorridos ao longo dos séculos. Dentre esses apelos, destaca-se o de Lutero, de modo que “no Concílio Vaticano II, os católicos hoje podem apreciar as preocupações da Reforma de Lutero e considerá-las com maior abertura do que parecia possível antes” (CICL, 2015, n. 28). A *doutrina da justificação* é reconhecida ao negar que a salvação depende das obras ou méritos humanos, pois as obras é que são dependentes do dom gratuito da salvação. É consenso o primado das Escrituras sobre a Tradição, sendo esta um elemento de caráter explicativo das escrituras. Para alguns, no Vaticano II, “Lutero encontrou ou teve o seu concílio” (BRANDENBURG [1969, p. 146] *apud* PESCH, 1976/78, p. 121).

O diálogo católico-luterano procurou mostrar “o que nos é possível hoje aprender juntos de Lutero”, citando: seu testemunho da mensagem bíblica da justiça gratuita e libertadora de Deus, a consideração da prioridade da Palavra na vida, no ensinamento e no serviço da igreja, a graça compreendida como relação

pessoal entre Deus e a pessoa humana, a exortação para que a Igreja se deixe reformar constantemente pela Palavra de Deus, o ensino que na unidade é admissível a diversidade de usos e costumes (CICL, 2015, n. 2.26-27).

Não se pretende aqui fazer de Lutero um católico romano, pois “Quem pretender transformar ‘Lutero em católico’ acabará virando luterano” (PESCH, 1976/78, p.121). E nem enaltecer Lutero em tudo o que disse e fez. O que se visa é apenas mostrar que em muitos aspectos “Lutero está mais presente do que se pensa, na teologia atual”, inclusive católica (PESCH, 1976/78, p. 125). Estudiosos afirmam que em K. Rhaner, por exemplo, o estudo sobre o *simul iustus et peccator*, por ele negado em *Escritos sobre Teologia VI (Einsiedeln, 1965, 262-276)*, é afirmado no seu texto *Angústia e Bênção da Prece*, ao tratar sobre “a prece da culpa” (PESCH, 1976/78, p. 126). Outros temas da teologia atual aparecem como ecos, ou sintonia, com a teologia de Lutero: a certeza da esperança cristã tem em si o sermão de Lutero sobre a certeza da salvação; a afirmação do Deus misericordioso apresenta “o conceito luterano, personalista e relacional da graça” (PESCH, 1976/78, p.126); a certeza de que “Deus nos aceita como somos, inclusive nossa culpa” (PESCH, 1976/78, p. 126), tem relação com o ensino de Lutero sobre a imputação; a relação entre fé e descrença na vida cristã é o que Lutero afirma como *simul iustus et peccator*; ao tratarmos da liberdade no mundo atual, há ecos do que Lutero tratou sobre a “liberdade cristã”.

Por isso,

o fato de, nos manuais de dogmática, Lutero continuar a ser caricaturizado deve ser visto como algo ultrapassado. E a recusa de Roma de dar qualquer passo para reabilitar Lutero – mesmo que não seja a suspensão da excomunhão – deve ser encarada como ilógica ou como desabonadora; ilógica, se formos dar razão ao atual estado da pesquisa teológica; desabonadora, se não lhe dermos razão (PESCH, 1976/78, p. 114).

3 Aceitação católica da Reforma de Lutero?

Está claro que os católicos podem redimensionar seu olhar para Lutero. Isso não significa uma aceitação da totalidade de sua doutrina e do seu projeto de reforma da Igreja. Mas também não se deve rejeitar tudo. A questão é complexa, e tem dimensões e problemas de toda ordem: o que significa “aceitar” a Reforma de Lutero? É acolher o seu ensinamento na totalidade ou parcialmente? De que modo essa aceitação entra na vida de fé de um católico do século XXI? Quais os critérios para identificar os ensinamentos da Reforma, refutados pela Igreja Romana no século XVI, que podem servir aos católicos romanos no século XXI? Como não ser arbitrário na escolha desses ensinamentos? São questões, entre outras, que emergem na reflexão desse tema.

Primeiramente, só podemos aceitar o pensamento de outra pessoa “se determinados *aspectos parciais* convergirem em nosso próprio ponto de vista e na esfera do nosso pensamento”, exigindo a percepção “se esses aspectos parciais recebem peso, importância constitutiva, ou devem ser apenas repensados dentro de um contexto geral” (BROSSEDER, 1976/8, p. 78). Em segundo lugar, é preciso, então, identificar os “temas centrais” de Lutero e repensá-los livremente, fazendo a conexão com o pensamento católico sobre tais temas. Se a teologia de Lutero e a teológica católica romana estiverem em sintonia sobre esses temas, “então Lutero erguer-se-á como testemunha da tradição cristã, tanto no tempo em que tentou articular tão poderosamente a verdade do Evangelho, como também hoje em dia, com o seu próprio pensamento” (BROSSEDER, 1976/8, p. 88).

Naturalmente, não se propõe fazer uma leitura ingênua e acrítica da Reforma e de Lutero. Ambos devem ser compreendidos também em suas limitações e erros. “A visão que fez de Lutero um herói ou um ‘santo evangélico’ é tão errada quanto a polêmica que divisou nele um demônio” (ALTMANN, 1994, p. 276). Altmann cita algumas “áreas controversas” em Lutero: a) sua relação com os príncipes legitimou a autoridade civil de modo problemático; b) é controversa sua

doutrina do servo arbítrio, a limitação do número dos sacramentos, a doutrina dos dois reinos; c) seu linguajar grosseiro, suas incoerência na reconstrução da igreja com o apoio político dos príncipes, “as recaídas no pensamento medieval”, a violência com que combatia os anabatistas e os judeus, em seu posicionamento tardio (ALTMANN, 1994, p. 276).

Importante é a advertência que teólogos luteranos fazem que “nada mais impróprio para Lutero do que simplesmente celebrá-lo” (ALTMANN, 1994, p. 27). Lutero mesmo se perguntava: “quem sou eu?... (um) desprovido de qualquer valor ... eu não fui crucificado por ninguém” (WA 8, 685 *apud* ALTMANN, 1994, p. 27). Como Lutero tinha a consciência de ser mero instrumento do Evangelho, tendo Cristo no centro, “celebrar Lutero contém, pois, um risco objetivo: perverter e inverter tudo quanto o próprio Lutero propugnou, colocando a ele, mera testemunha do evangelho” (ALTMANN, 1994, p. 27) no centro da história. Essa advertência ajuda a colocar a pessoa de Lutero em seu devido lugar, e buscar o que é realmente significativo para os cristãos em sua pessoa e em seu ensinamento. Evita-se, assim, “o risco de exaltar o que não é comemorável, de legitimar seus erros, justamente naqueles aspectos em que devemos criticá-lo e superá-lo” (ALTMANN, 1994, p. 29).

4 “O que” e “como” comemorar juntos em 2017?

O documento *Do Conflito à Comunhão* deixa claro o que se quer comemorar:

Como membros de um corpo único, Católicos e Luteranos rememoram juntos os eventos da Reforma que levou ao fato de viverem posteriormente em comunidades divididas, mesmo se continuaram pertencendo ao mesmo corpo. Essa é uma possibilidade impossível e fonte de grande sofrimento. Porque pertencem ao mesmo corpo, Católicos e Luteranos lutam fazendo frente à divisão em busca da plena catolicidade da igreja. Essa luta tem dois lados: o reconhecimento daquilo que é comum e que une, e o reconhecimento daquilo que divide. O primeiro é motivo de gratidão e alegria; o segundo é motivo de sofrimento e lamento (CICL, 2015, n. 223).

4.1 Comemoração em tom de esperança

A comemoração da Reforma é uma ocasião para aprofundar a consciência de que católicos e luteranos mesmo divididos pertencem a um mesmo corpo. Essa é uma realidade de sofrimento e de esperança. A consciência de pertença ao mesmo corpo, fundamentada no batismo comum, impele a iniciativas de superação da divisão e à busca da “plena catolicidade da Igreja”. Essa é a esperança. A comemoração dos 500 anos da Reforma de Lutero surge como uma nova possibilidade para unir católicos e luteranos, vivendo em um novo contexto. Não se trata mais de um combate de uns contra os outros, mas de uma luta comum contra o que impede viver na unidade plena. Para isso é fundamental a consciência do que é, de fato, comum para as duas tradições eclesiais. O cristianismo que cada uma vive, não lhe é exclusivo. Isso significa que os luteranos partilham com os católicos elementos da fé cristã que os reformadores lhes tornaram acessíveis, como: a centralidade no Evangelho de Jesus Cristo; a compreensão do Deus Triuno que salva gratuitamente, e do ser humano e sua confiança total na promessa divina; a compreensão da liberdade e certeza que vem do Evangelho; o amor que surge e é despertado pela fé; a centralidade da Palavra na vida cristã; os catecismos e hinos que ajudam a compreender e celebrar a fé, etc. Para os luteranos, “o motivo de seu agradecimento a Deus não é um dom que eles podem reclamar apenas para si. Eles querem compartilhar esse dom com todos os outros cristãos” (CICL, 2015, n. 225).

Da parte católica, é fundamental reconhecer o patrimônio comum na fé com os luteranos e celebrar esse fato, como orienta o Concílio Vaticano II:

É mister que os católicos reconheçam com alegria e estimem os bens verdadeiramente cristãos, oriundos de um patrimônio comum, que se encontra nos irmãos de nós separados. É digno e salutar reconhecer as riquezas de Cristo e as obras de virtude na vida de outros que dão testemunho de Cristo, às vezes até à efusão do sangue. Deus é, com efeito, sempre admirável e digno de admiração em Suas obras (UR n. 4).

4.2 Comemoração em tom penitencial

A comemoração e celebração conjunta dos 500 anos da Reforma não nega a realidade da divisão e as culpas de ambas as partes por essa realidade, de modo que, de um lado, a comemoração se dá no espírito de gratidão e de alegria; de outro lado também “é um momento para que Luteranos e Católicos experimentem a dor a respeito das falhas e desvios, culpa e pecado nas pessoas e eventos que são lembrados” (CICL, 2015, n. 227). A comemoração exige o reconhecimento dos pecados contra a unidade. Mas é importante ter presente dois fatores: de um lado, é preciso levar em conta as circunstâncias nas quais aconteceu a Reforma, e ter ciência de que as situações de conflitos nem sempre foram de responsabilidade de luteranos e católicos, uma vez que havia um forte entrelaçamento entre questões religiosas e sociais da época. Assim, “luteranos e católicos não podem ser responsabilizados por tudo o que aconteceu” (CICL, 2015, n. 231). Além disso, uns e outros agiam na certeza de estarem seguindo a própria consciência, de modo que as divisões se deram devido às diferenças na compreensão da verdade da fé cristã, tendo no centro a questão da salvação. E “não se pode culpar a alguém por seguir sua consciência quando é formada pela Palavra de Deus e alcançou seu julgamento após deliberação séria com outras pessoas” (CICL, 2015, n. 232).

De outro lado, porém, há que se admitir erros de ambas as partes: não querer ouvir ou não querer entender a posição do outro; no exagero das caricaturas criadas do outro; nas acusações falsas; nos mal entendidos e preconceitos. Da parte católica, o Papa Adriano, na mensagem à dieta imperial de Nuremberg (25/11/1522) reconheceu abusos, ofensas, pecados e erros cometidos pelas autoridades da Igreja – como o fizeram também o papa Paulo VI, na abertura da segunda sessão do concílio Vaticano II; e João Paulo II, no “Dia do Perdão” celebrado na Quaresma do ano santo – 2000 (CICL, 2015, n. 234-235). Da parte luterana, a Quinta Assembléia da Federação Luterana Mundial (Evian, 1970) reconheceu o juízo negativo dos reformadores que levou a distorções, ofensas e mal entendidos sobre a Igreja Católica Romana (n. 236). E pedem perdão a males cometidos também a

outras comunidades religiosas, como aos Judeus, Anabatistas e Menonitas (CICL, 2015, n. 237).

Tal reconhecimento e confissão dos pecados de uns e de outros deve levar à consciência comum da proposta de comemorar os 500 anos da Reforma numa perspectiva de busca da unidade. O ponto decisivo é que luteranos e católicos falem “numa só voz” a rememoração da Reforma, as posições das duas tradições sobre esse evento, lendo os acontecimentos à luz do diálogo ecumênico já realizado. Assim poderão viver, realmente, um clima de gratidão pelos dons recebidos, de confissão das faltas contra a unidade, e de reforço na busca de uma comunhão plena.

Conclusão

Às vésperas do aniversário dos 500 anos da Reforma de Lutero, os cristãos luteranos e católicos são desafiados a lançarem um olhar comum a esse acontecimento do passado em vista de um maior reconhecimento mútuo no presente e de uma plena comunhão no futuro. É possível não apenas “lembrar” os fatos da Reforma, mas “comemorar” e “celebrar”, num espírito de alegria e agradecimento e, ao mesmo tempo, penitencial. Supõe-se um espírito ecumênico efetivo. As convergências e os consensos teológicos já alcançados pelo diálogo católico-luterano possibilitam isso. Assim, terão uma leitura mais objetiva da história, identificando o que forma o contexto da Reforma do século XVI e suas conseqüências para o tempo presente, marcado pelo ecumenismo, a globalização e novas exigências da evangelização (CICL, 2015, n. 4). Nesse horizonte é preciso disposição para reinterpretar as tradições teológicas, espirituais e práticas de evangelização, visando uma plena comunhão na fé.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, W. A. **Lutero e Libertação**. São Paulo: Sinodal/Ática, 1994.
- BROSSEDER, J. Aceitação católica de Lutero. **Concilium**, Petrópolis, n. 118/8, p. 77-88, 1976.
- COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-LUTERANA. **Do Conflito à Comunhão: Comemoração conjunta Católico-Luterana da Reforma em 2017**. Sa□o Leopoldo: Sinodal/Edições CNBB, 2015.
- COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-LUTERANA. O Evangelho e a Igreja. **Enchiridion Oecumenicum**. v. I. Bologna: EDB, 1994. p. 554-588.
- COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-LUTERANA. A Ceia do Senhor. **Enchiridion Oecumenicum**. v. I. Bologna: EDB, 1994. p. 589-653.
- COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-LUTERANA. Vias rumo à comunhão. **Enchiridion Oecumenicum**. v. I. Bologna: EDB, 1994. p. 654-692.
- COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-LUTERANA. O ministério pastoral na Igreja. **Enchiridion Oecumenicum**. v. I. Bologna: EDB, 1994. p. 702-742.
- COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-LUTERANA. Martinho Lutero, Testemunha de Jesus Cristo. **Enchiridion Oecumenicum** v. I. Bologna: EDB, 1994. p. 743-751.
- COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-LUTERANA. A unidade diante de nós. **Enchiridion Oecumenicum**. v. I. Bologna: EDB, 1994. p. 752-824.
- COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-LUTERANA. Hospitalidade Eucarística. **Enchiridion Oecumenicum** v. I. Bologna: EDB, 1994. p. 551-853.
- COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-LUTERANA. Igreja e justificação. **Enchiridion Oecumenicum**. v. III. Bologna: EDB, 1995, p. 551-696.
- COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-LUTERANA. Todos sob um mesmo Cristo (Declaração comum sobre a Confissão de Augsburg). **Enchiridion Oecumenicum**. v. I., Bologna: EDB, 1994, p. 693-701.
- COMISSÃO INTERNACIONAL CATÓLICA-LUTERANA. Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação por Graça e Fé. **Enchiridion Oecumenicum**. v. VII. Bologna: EDB, 2006, p. 885-918.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Unitatis redintegratio**. São Paulo: Paulus, 2007.
- FÉDOU, M. Le document luthéro-catholique du conflit à la communion. **ISTINA**, Boulogne-sur-Seine, v. LVIII, n. 3, p. 227-244, 2013.

FEINER, J.; LOEHER, M. **Mysterium salutis**: compêndio de dogmática histórico-salvífica. v. I/4. Petrópolis: Vozes, 1972.

FEINER, J.; LOEHER, M. **Mysterium salutis**: compêndio de dogmática histórico-salvífica. v. IV/8. Petrópolis: Vozes, 1978.

HASLER, A. Lutero na teologia escolástica católica. **Concilium**, Petrópolis, n. 118, p. 89-94, 1976.

KASPER, W. **Chiesa Cattolica**: Essenza, Realtà, Missione. Brescia: Queriniana, 2012, p. 232, nota 140.

MEYER, H. Lutero na opinião da Igreja Católica Apostólica Romana. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 1, p. 3-28. Número especial, 1961.

OLIVIER, D. **Le Procès Luther**. Paris: Fayard, 1971.

OLIVIER, D. **Martin Luther**. Paris: Centurion, 1983.

PELIKAN, J. **Obedient Rebels, Catholic Substance and Protestant Principle in Luther's reformation**. Nova York: Harper and Row, 1964.

PESCH, O. H. O estado atual do entendimento. **Concilium**, Petrópolis, n. 118, p. 111-126, 1976.

PESCH, O. H. A obra da graça divina como justificação e santificação do homem. In: FEINER, J.; LOEHER, M. **Mysterium salutis**: compêndio de dogmática histórico-salvífica. v. IV/8. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 58-129.

SCHMAUS, M. **Dogma 4: The Church: Its Origin and Structure**. New York: Sheed and Ward, 1972. Editorial Review.

SCHMAUS, M. **Dogma 5: The Church as Sacrament**. Kansas City: Sheed and Ward, 1975. Editorial Review.

SCHMAUS, M., **Dogma 6: Justification and the Last Things**. Kansas City: Sheed and Ward, 1977. Editorial Review.

STAUFFER, R. **La Reforma**. Barcelona: Oikos-Tau, 1974.

TRUTSCH, J. Esboço da história dos dogmas e da teologia. In: FEINER, J.; LOEHER, M. **Mysterium salutis**: compêndio de dogmática histórico-salvífica. v. I/4. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 30-38.